



Informação nº: 280/2015 – SECONT/2ªDICONTE

Brasília (DF), 10 de julho de 2015.

Processo nº: 27.908/2012 (1 volume)

Apenso nº: 480.001.103/2011 (1 volume)

Jurisdicionada: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE.

Valor envolvido: R\$ 178.797,98¹

Ementa: TCE instaurada para apurar Irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militar do PMDF. Citação do beneficiário. Defesa improcedente. Pedido de Reconsideração. Pelo não provimento.

Senhor Diretor,

Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada para apurar irregularidade no recebimento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares da PMDF, neste caso, do militar João de Aquino Nunes.

2. Por meio da Decisão nº 5.088/2014 (fl. 73), esta Corte considerou improcedente a defesa apresentada pelo beneficiário mencionado no parágrafo anterior, julgando irregulares suas contas. Foi exarado o Acórdão nº 523/2014, fl. 74.

3. Inconformado, o Sr. João de Aquino Nunes, por meio de seu representante legal (fl. 81), interpôs recurso de reconsideração (fl. 80), conhecido, com efeito suspensivo, pela Decisão nº 510/2015 (fl. 95) e encaminhado a esta Unidade Técnica para manifestação.

4. Dessa forma, passamos à análise do referido recurso.

¹ Valor do débito atualizado em 10/07/2015, fl. 101.

* Processo GDF nº 480.001.103/2011 (1 volume)



DO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

SR. JOÃO DE AQUINO NUNES (fls. 80)

5. Tendo em vista a inexistência de fatos novos, o recorrente ratifica o inteiro teor da defesa encaminhada a esta Corte (fls. 49/54), a qual fora analisada na informação 225/2014 – SECONT/1ª DICONTE, junto às fls. 58/62.

Argumentos

6. Primeiramente alega ato jurídico perfeito, coisa julgada e direito adquirido e reitera os depoimentos apresentados nos presentes autos.

7. Afirma a ocorrência de prescrição e de boa fé no recebimento da indenização.

8. Declara haver controvérsias e obscuridades quanto ao objeto de julgamento desta TCE.

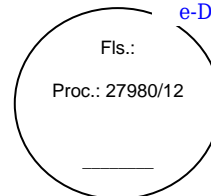
9. Por derradeiro, pede improcedência das exigências da Ata de Ultimação de instrução da TCE, posto que a responsabilidade do suposto dano ao erário é dos Comandantes-Gerais da PMDF e não do recorrente.

Análise

10. Segundo o entendimento deste Tribunal, como o prejuízo é oriundo da conduta dolosa do beneficiário, não há que se falar na aplicabilidade dos princípios invocados pelo recorrente.

11. As ações de ressarcimento ao erário são imprescritíveis, conforme preceitua o art. 37, § 5º, da Constituição Federal, e como amplamente decidido por esta corte (Decisões nºs 5.374/1998 e 3.038/1999, Processos nºs 7.094/1991 e 266/1990, respectivamente).

12. A alegação de controvérsias e obscuridades não merece guarida, porquanto a decisão do TCDF pautou-se nas peças que compõem os autos, e o



recorrente teve oportunidade de esclarecer quaisquer pontos obscuros ou controversos que eventualmente pudessem existir.

13. Este Tribunal já firmou o entendimento de que cabe somente ao beneficiário da indenização de transporte, a responsabilidade de ressarcimento ao erário (Decisões nºs 5.782, 5.788, 5.789, 5.794, 5.798 e 5.799/2013).

14. Portanto, pelo exposto acima, as alegações trazidas em sede recursal não merecem prosperar.

CONCLUSÃO

15. O pedido de reconsideração interposto pelo Sr. João de Aquino Nunes, não trouxe argumentos capazes de reverter o entendimento quanto a sua responsabilidade nos autos, devendo o Tribunal negar provimento ao recurso, conforme análise apresentada nesta Informação, mantendo os termos da Decisão nº 5.088/2014 (fl. 73) e Acórdão nº 523/2014 (fl. 74);

SUGESTÕES

16. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. negue provimento ao pedido de reconsideração de fl. 80, mantendo, na íntegra, os termos da Decisão nº 5.088/2014 (fl. 73) e Acórdão nº 523/2014 (fl. 74);

II. em consequência, notifique o recorrente identificado no § 15 desta Informação acerca do não provimento de seu recurso, concedendo-lhe o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento do débito que lhe foi atribuído neste Processo;

III. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.

À superior consideração.